

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Outubro/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Concurso Público para provimento do cargo
Agente Administrativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O transporte sustentável pode incrementar o crescimento econômico.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 9, considere o texto abaixo.

1 *Tenho um sonho que, acho, nunca realizarei: gostaria de ter um restaurante. Mais precisamente: gostaria de ser um cozinheiro. As cozinhas são lugares que me fascinam, mágicos: ali se prepara o prazer. O cozinheiro deve ser psicólogo, conhecedor dos segredos da alma e do corpo. Mas não sei cozinhar. Acho que devido a isso que escrevo. Escrevo como quem cozinha.*

2 *A relação entre cozinhar e escrever tem sido frequentemente reconhecida pelos escritores. É a própria etimologia que revela a origem comum de cozinheiros e escritores. Nas suas origens, sabor e saber são a mesma coisa. O verbo latino “sapare” significa, a um só tempo, tanto saber quanto ter sabor. Os mais velhos haverão de se lembrar que, num português que não se fala mais, usava-se dizer de uma comida que ela “sabia bem”.*

3 *Suponho que Roland Barthes também tivesse uma secreta inveja dos cozinheiros. Se assim não fosse, como explicar a espantosa revelação com que termina um dos seus mais belos textos, A lição? Confessa que havia chegado para ele o momento do esquecimento de todos os saberes sedimentados pela tradição e que agora o que lhe interessava era “o máximo possível de sabor”. Ele queria escrever como quem cozinha – tomava os cozinheiros como seus mestres.*

4 *A leitura tem de ser uma experiência de felicidade. Por isso que Jorge Luis Borges aconselhou aos seus estudantes que só lessem o que fosse prazeroso: “Se os textos lhes agradam, ótimo. Caso contrário, não continuem, pois a leitura obrigatória é uma coisa tão absurda quanto a felicidade obrigatória”.*

5 *Esta é a razão por que eu gostaria de ser cozinheiro. É mais fácil criar felicidade pela comida que pela palavra... Os pratos de sua especialidade, os cozinheiros os sabem de cor. Basta repetir o que já foi feito. Mas é justamente isso que está proibido ao escritor. O escritor é um cozinheiro que a cada semana tem de inventar um prato novo. Cada semana que começa é uma angústia, representada pelo vazio de folhas de papel em branco que me comandam: “Escreva aqui uma coisa nova que dê prazer!” Escrever é um sofrimento. A cada semana sinto uma enorme tentação de parar de escrever. Para sofrer menos.*

(Adaptado de: ALVES, Rubem. “Escritores e cozinheiros”. **O retorno e terno**. Campinas: Papyrus, 1995, p. 155-158)

1. Segundo o texto,

- (A) o autor almeja dedicar-se com exclusividade à cozinha, embora alegue não estar inclinado a deixar a atividade profissional de escritor.
- (B) em linguagem coloquial, diz-se, de uma comida bem preparada, que ela “sabe bem”.
- (C) Roland Barthes, desiludido com a profissão de escritor, exalta a simplicidade do ato de cozinhar.
- (D) a atividade de cozinhar, ainda que não exercida profissionalmente, inspira escritores a cultivar a criatividade.
- (E) as palavras “sabor” e “saber” derivam, ambas, do verbo latino “sapare”, o que sugere afinidade entre cozinheiros e escritores.

2. Atente para as afirmações abaixo.

- I. No 5º parágrafo, o autor sustenta o ponto de vista de que cozinhar é mais fácil do que escrever.
- II. O termo sublinhado em *Escrevo como quem cozinha* (1º parágrafo) expressa noção de modo.
- III. Ao defender o pressuposto de que as profissões de cozinheiro e escritor compartilham características em comum, o autor baseia-se nos argumentos de Jorge Luis Borges, conforme explicitado no 4º parágrafo.
- IV. Ao construir a argumentação, o autor apresenta já no 1º parágrafo a ideia que irá contestar a seguir, qual seja, a de que o escritor conhece melhor os segredos da alma e do corpo do que o cozinheiro.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.



3. *Caso contrário, não continuem, pois a leitura obrigatória é uma coisa tão absurda quanto a felicidade obrigatória.* (4º parágrafo)

O termo sublinhado acima introduz, no contexto, noção de

- (A) finalidade.
- (B) consequência.
- (C) explicação.
- (D) concessão.
- (E) condição.

4. *A leitura tem de ser uma experiência de felicidade. Por isso que Jorge Luis Borges aconselhou aos seus estudantes que só lessem o que fosse prazeroso...* (4º parágrafo)

Sem prejuízo do sentido e da correção gramatical, as frases acima articulam-se em um único período em:

- (A) Jorge Luis Borges recomendou aos seus estudantes que lessem apenas o que fosse prazeroso; contudo, a leitura devia proporcionar uma experiência de felicidade.
- (B) Para Jorge Luis Borges, os estudantes deveriam ler apenas os textos prazerosos, onde a leitura, conforme recomenda, seria uma experiência de felicidade.
- (C) Conforme recomenda Jorge Luis Borges, a leitura deve ser uma experiência de felicidade, embora os seus estudantes só lessem o que consideravam prazeroso.
- (D) Embora a leitura devesse proporcionar uma experiência de felicidade, Jorge Luis Borges recomendou aos seus estudantes a lerem apenas o que fosse prazeroso.
- (E) Uma vez que a leitura deve ser uma experiência de felicidade, Jorge Luis Borges recomendou aos seus alunos que lessem apenas o que considerassem prazeroso.

5. *As cozinhas são lugares que me fascinam, mágicos: ali se prepara o prazer.* (1º parágrafo)

Na frase acima, sem prejuízo para as relações de sentido estabelecidas no texto, o sinal de dois-pontos pode ser substituído por

- (A) **porém**, seguido de vírgula.
- (B) **pois**, precedido de vírgula.
- (C) **com isso**, precedido de vírgula.
- (D) **então**, seguido de vírgula.
- (E) **por isso**, seguido de vírgula.

6. *Mas é justamente isso que está proibido ao escritor.* (5º parágrafo)

Depreende-se da afirmação acima que o escritor, diferentemente do cozinheiro, deve

- (A) apresentar ao leitor ideias que pareçam verossímeis, ainda que mentirosas.
- (B) possuir conhecimento prévio sobre o assunto abordado.
- (C) concentrar sua leitura em textos que lhe tragam novos conhecimentos.
- (D) produzir um texto original a cada novo trabalho.
- (E) cultivar a disciplina necessária para não interromper o processo de escrita.

7. *e que agora o que lhe interessava era "o máximo possível de sabor"* (3º parágrafo)

Se os textos lhes agradam, ótimo. (4º parágrafo)

Os pratos de sua especialidade, os cozinheiros os sabem de cor (5º parágrafo)

Os termos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

- (A) Roland Barthes – estudantes – pratos
- (B) sabor – textos – cozinheiros
- (C) sabor – estudantes – cozinheiros
- (D) Roland Barthes – textos – pratos
- (E) Roland Barthes – estudantes – cozinheiros



8. Sem prejuízo do sentido e da correção gramatical, o termo sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *Acho que devido a isso (desse modo) que escrevo.*
 - (B) *como explicar a espantosa revelação com que (da qual) termina um dos seus mais belos textos.*
 - (C) *Esta é a razão por que (pela qual) eu gostaria de ser cozinheiro.*
 - (D) *A cada semana sinto uma enorme tentação de parar de escrever. Para (Por) sofrer menos.*
 - (E) *tomava os cozinheiros como (pelos) seus mestres.*
-
9. O autor manifesta-se explicitamente no texto em:
- (A) *É a própria etimologia que revela a origem comum*
 - (B) *Confessa que havia chegado para ele o momento do esquecimento de todos os saberes sedimentados pela tradição*
 - (C) *A relação entre cozinhar e escrever tem sido frequentemente reconhecida pelos escritores.*
 - (D) *Suponho que Roland Barthes também tivesse uma secreta inveja dos cozinheiros.*
 - (E) *Se os textos lhes agradam, ótimo.*
-
10. Está correta a **redação** do livre comentário que se encontra em:
- (A) *Muitas vezes, a obrigação de agradar o leitor, faz com que o escritor recorra à técnicas de escrita que incrementem a produção textual.*
 - (B) *O escritor, assim como o cozinheiro, deve refletir a respeito das sensações que seu texto poderá causar àquele que o lê.*
 - (C) *É comum que a produção de textos criativos sejam comparados à atividade de cozinhar.*
 - (D) *Causam angústia aqueles que escrevem profissionalmente a obrigação de produzir textos originais em curtos intervalos de tempo.*
 - (E) *A quem considere as cozinhas lugares fascinantes, onde os cozinheiros se põem à adivinhar o que desejam os clientes.*
-

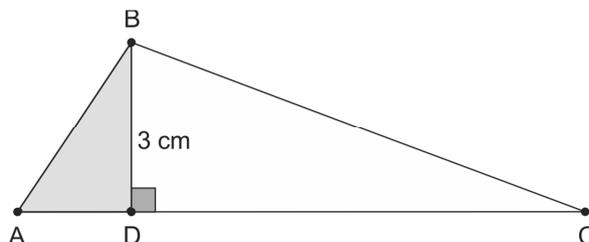
Matemática e Raciocínio Lógico

11. Em determinado evento esportivo, o número de ingressos para membros de clubes de futebol foi 65% do número de ingressos disponíveis para o público em geral. Se o número de ingressos para o público em geral foi 280 a mais do que para os membros de clubes de futebol, o número total de ingressos para esse evento foi de:
- (A) 800
 - (B) 950
 - (C) 1140
 - (D) 1320
 - (E) 1400
-
12. Renato e Ricardo fizeram uma viagem de carro e percorreram um total de 3 552 km. Eles se revezaram na direção de maneira que, para cada 123 km que Renato dirigia, Ricardo dirigia 321 km. A distância total percorrida por Ricardo na direção do veículo foi de
- (A) 2.247 km.
 - (B) 2.444 km.
 - (C) 2.568 km.
 - (D) 2.727 km.
 - (E) 2.889 km.
-



13. Alfredo tem uma grande coleção de revistas em quadrinhos. Se ele dará quatro sétimos dessas revistas para uma sobrinha e dará 153 revistas para um sobrinho, ficando, ainda assim, com 255 revistas, o número de revistas que Alfredo dará para a sobrinha é:
- (A) 544
(B) 600
(C) 728
(D) 848
(E) 904

14. Em um triângulo ABC a altura BD relativa ao lado AC mede 3 cm, conforme mostra a figura.



Sabendo que o segmento CD é 6 cm maior que o segmento AD e que a área do triângulo BCD é o quádruplo da área do triângulo ABD, a área do triângulo ABC, em cm^2 , é:

- (A) 12
(B) 15
(C) 18
(D) 21
(E) 24
15. Considere a proposição: "Se Alberto está estudando, então é véspera de prova ou é dia 29 de fevereiro". Uma proposição equivalente a essa é
- (A) Se Alberto não está estudando, então não é véspera de prova ou não é dia 29 de fevereiro.
(B) Se Alberto não está estudando, então não é véspera de prova e não é dia 29 de fevereiro.
(C) Se é véspera de prova ou é dia 29 de fevereiro, então Alberto está estudando.
(D) Se Alberto está estudando, então é véspera de prova e é dia 29 de fevereiro.
(E) Se não é véspera de prova e não é dia 29 de fevereiro, então Alberto não está estudando.

16. Além da língua portuguesa, Ana, Bia e Carla falam fluentemente apenas uma outra língua. Essas línguas são inglês, francês e espanhol, não necessariamente nessa ordem. Considere as seguintes afirmações feitas por elas:

Ana: "Eu não sou fluente em inglês."

Bia: "Eu sou fluente em inglês."

Carla: "Bia é fluente em inglês e eu sou fluente em francês."

Sabendo que apenas uma dessas meninas mentiu, as línguas em que Ana, Bia e Carla são fluentes, além da língua portuguesa, são, respectivamente,

- (A) francês, inglês e espanhol.
(B) espanhol, francês e inglês.
(C) espanhol, inglês e francês.
(D) inglês, francês e espanhol.
(E) inglês, espanhol e francês.

**Noções de Direito Constitucional**

17. Em relação ao direito de associação, conforme previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,
- (A) fica vedada a suspensão compulsória das atividades das associações, a não ser por decisão judicial transitada em julgado.
 - (B) desde que não tenham fins lucrativos, as atividades associativas gozam de imunidade tributária.
 - (C) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização.
 - (D) a interferência estatal no funcionamento das associações somente se justifica para garantia da ordem pública, social e econômica do país.
 - (E) todos podem associar-se pacificamente em locais abertos ao público, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
-
18. A diretriz da participação da população nas ações governamentais na área da assistência social se dá, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, por meio
- (A) da definição das prioridades orçamentárias deliberadas em audiências públicas convocadas a cada dois anos.
 - (B) dos planos plurianuais deliberados nas conferências municipais e estaduais de assistência social.
 - (C) de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
 - (D) por meio da avaliação continuada da qualidade dos serviços sociais pelos usuários nos censos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
 - (E) por meio dos conselhos de entidades beneficentes responsáveis pela execução dos programas assistenciais nas esferas municipal e estadual.
-
19. A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais
- (A) propõe que crianças com necessidades especiais nas escolas regulares recebam apoio instrucional adicional no contexto de um currículo diferente e construído a partir de suas demandas singulares.
 - (B) refere-se a um conjunto de propostas educativas que beneficiam tanto crianças com deficiência quanto aquelas consideradas superdotadas.
 - (C) propõe que a trajetória das crianças com deficiência na escola regular seja definida por meio da avaliação somativa e da progressão automática.
 - (D) prescreve, para crianças com necessidades especiais, novas práticas educacionais multidisciplinares que integrem as áreas pedagógica, terapêutica e ocupacional.
 - (E) reafirma a importância das classes especiais nas escolas regulares como forma de atender, por profissionais especializados, as crianças com dificuldades crônicas de aprendizagem.
-
20. O princípio da legalidade, conforme previsto no texto da Convenção Americana de Direitos Humanos, refere que
- (A) ninguém pode ser condenado por ações ou omissões que, no momento em que forem cometidas, não sejam delituosas, de acordo com o direito aplicável.
 - (B) é dever de todos conduzir-se de acordo com a legislação vigente de seu país e abstendo-se de praticar toda conduta não autorizada em lei.
 - (C) nenhuma declaração, tratado ou princípio internacional de direitos humanos pode se sobrepor à lei vigente no país onde se dá a violação.
 - (D) os direitos humanos se baseiam na lei natural e histórica segundo a qual todos os homens são dotados de dignidade e liberdade.
 - (E) apenas por meio de lei legitimamente aprovada será admitida a supressão ou limitação aos direitos humanos essenciais de natureza civil, política ou social.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O regime jurídico imposto à Administração pública a submete a princípios e regras. No que se refere à obrigatoriedade de observância,
- (A) os princípios possuem hierarquia superior às regras constantes da legislação, sobrepondo-se, portanto, a elas.
 - (B) a Administração indireta se submete apenas às regras constantes da legislação, não se lhes aplicando os princípios que regem a Administração direta.
 - (C) as regras legais podem ser afastadas se a Administração pública demonstrar que essa conduta melhor atenderá ao princípio da eficiência.
 - (D) o conteúdo dos princípios pode ser identificado em inúmeras regras legais, a exemplo da obrigatoriedade de realizar procedimento licitatório para garantia da impessoalidade entre os interessados.
 - (E) o princípio da legalidade é hierarquicamente superior aos demais princípios, porque obriga a Administração pública a agir nos termos da lei.
-
22. Um município editou uma lei criando uma pessoa jurídica para integrar a Administração pública indireta. Dessa informação conclui-se que o Município criou uma
- (A) autarquia, pessoa jurídica de direito público que pode prestar serviços públicos.
 - (B) fundação, pessoa jurídica sujeita ao regime jurídico de direito privado ou de direito público, conforme possua ou não finalidade lucrativa.
 - (C) sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito público, cuja finalidade deve ser obrigatoriamente a prestação de serviços públicos.
 - (D) empresa estatal, sujeita ao regime jurídico de direito público ou privado, conforme o que constar da lei instituidora do ente.
 - (E) empresa pública, sujeita ao regime jurídico de direito privado, à qual não é permitida a exploração de serviços públicos.
-
23. Diante do rompimento da tubulação de captação pluvial em decorrência de um acidente e considerando a proximidade do período de chuvas no município local, a Administração pública
- (A) deve realizar licitação sob a modalidade concorrência, tendo em vista a obrigatoriedade de todas as suas contratações de obras serem precedidas de procedimento licitatório em tal modalidade.
 - (B) pode promover contratação emergencial, em razão da situação descrita oferecer riscos à segurança dos administrados, sendo urgente a realização dos reparos.
 - (C) deve requerer autorização ao Poder Judiciário para a realização de obras emergenciais sem a obrigatoriedade de licitação.
 - (D) deve realizar contratação por inexigibilidade de licitação, considerando que o objeto do contrato é a prestação de serviços técnicos especializados.
 - (E) pode optar entre contratação mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme o número de interessados na prestação dos serviços.
-
24. Dentre as cláusulas que devem constar obrigatoriamente dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/1993, está a previsão de
- (A) exigência de garantia da execução do contrato, independentemente de sua natureza e objeto.
 - (B) prazo certo ou a indicação de vigência por prazo indeterminado.
 - (C) possibilidade de qualquer das partes rescindir o contrato administrativamente.
 - (D) penalidades cabíveis em caso de descumprimento e, inclusive, de valores estabelecidos para eventuais multas.
 - (E) hipóteses de rescisão administrativa passíveis de serem invocadas pela Administração pública e hipóteses de rescisão administrativa unilateral invocáveis pela contratada.
-
25. Uma Administração pública que tenha instituído pessoas jurídicas para auxiliar no desempenho de suas funções
- (A) apresenta organização por delegação, considerando que não desempenha tarefas diretamente na estrutura da Administração direta.
 - (B) atua por meio de desconcentração, reservando para a Administração central apenas o núcleo essencial de atividades.
 - (C) apresenta organização administrativa descentralizada, podendo, dentre outras medidas, delegar para esses entes a execução de serviços públicos.
 - (D) depende de homologação judicial para que a atuação desses entes seja reconhecida como válida no ordenamento jurídico.
 - (E) remanesce hierarquicamente superior aos referidos entes, que lhe devem submeter seus atos para prévia aprovação.
-
26. A concorrência é modalidade de licitação que
- (A) não admite, para fins de julgamento, a utilização dos critérios de técnica ou de técnica e melhor preço, sendo obrigatório utilizar sempre o menor preço.
 - (B) substitui o leilão no caso de venda de imóveis adquiridos por meio de desapropriação.
 - (C) admite a utilização do critério de menor preço para julgamento, mas também possibilita utilizar o critério de técnica e preço, caso, por exemplo, se trate de serviços de informática.
 - (D) não pode ser utilizada para alienação de bens públicos imóveis, dada sua relevância.
 - (E) é fungível em relação aos demais, podendo ser aplicada para qualquer valor de mercado e qualquer bem ou serviço.



27. A Administração pública gerencial, voltada para a otimização da gestão, com obtenção de metas e resultados,
- (A) permite a flexibilização das normas e princípios aplicáveis, para garantir resultado mais benéfico ao erário.
 - (B) não dispensa a observância das regras e princípios aplicáveis à Administração pública, como a observância do contraditório e da ampla defesa.
 - (C) sujeita-se ao regime jurídico de direito privado, diferentemente da Administração pública burocrática, sujeita ao regime jurídico de direito público.
 - (D) está sujeita à legislação em sua atuação, não lhe sendo aplicáveis, entretanto, os princípios que informam a Administração pública burocrática.
 - (E) submete-se aos princípios constitucionalmente estabelecidos, em especial o da eficiência, não se aplicando as regras legais, porque exclusivas da Administração pública burocrática.
-
28. A constatação, após análise do recurso de um licitante, de que o licitante vencedor de um certame não preenchia os requisitos de habilitação que constavam do edital, enseja, para a Administração pública, o
- (A) dever de revogar a decisão de habilitação, para dar prosseguimento ao certame a partir daquele ato.
 - (B) ônus de comprovar que a nulidade da licitação ensejará prejuízos à Administração pública, sob pena de, obrigatoriamente, ratificar as decisões tomadas que demonstrem vantajosidade.
 - (C) poder de declarar nula a licitação, sendo necessário aguardar 180 dias para republicação de novo edital.
 - (D) poder de escolha entre anular a licitação ou convalidá-la, se constatada economia para a Administração pública.
 - (E) dever de anular a decisão ilegal e aquelas que vieram posteriormente, retomando o procedimento a partir de então.
-
29. A Administração pública de determinado município tinha um contrato em vigência para fornecimento de alimentação para os servidores de uma unidade hospitalar. Ocorre que, devido a questões estruturais do prédio, houve necessidade de se providenciar a reforma de parte das instalações, o que ensejaria a interrupção do atendimento ao público pelo prazo de 90 dias. Os servidores foram alocados em outras unidades durante o período da reforma. Diante dessa narrativa e considerando o contrato de fornecimento de alimentação, a Administração pública
- (A) poderá suspender a execução do contrato pelo prazo indicado para a reforma, com a conseqüente suspensão do fornecimento de alimentação e correspondente remuneração.
 - (B) deverá rescindir o contrato unilateralmente, pois constituiria ilegalidade manter os pagamentos à empresa sem o fornecimento do objeto contratual, vedada a suspensão de sua execução.
 - (C) deverá cumprir as obrigações assumidas, considerando que o vínculo contratual assim impõe, não se caracterizando hipótese de rescisão.
 - (D) poderá alterar o contrato para reduzir o objeto, observado o limite de 50% do valor original.
 - (E) poderá interromper o fornecimento pelo prazo de até 180 dias, firmando nova contratação com o mesmo fornecedor ao término desse período, dispensada licitação.
-
30. No modelo de Administração pública de excelência, justifica-se a aferição dos resultados
- (A) para verificar a legalidade da atuação da Administração pública, uma vez que o não atingimento das metas vicia as políticas públicas eleitas.
 - (B) para autorizar novas contratações com a mesma finalidade, dispensada, para tanto, a realização de procedimento licitatório.
 - (C) como etapa integrante do planejamento da gestão, uma vez que este só se conclui quando alcançados os objetivos da Administração.
 - (D) como instrumento de controle da atuação da Administração pública, pois os resultados atingidos demonstrarão o desempenho e o nível de qualidade da gestão.
 - (E) para garantir que a Administração pública esteja obrigada a cumprir as obrigações contratuais que tiver assumido.
-
31. Homologada uma licitação e adjudicado o objeto ao vencedor, este não compareceu para assinatura do contrato no prazo fixado no edital. Comunicou, na sequência, intenção de não celebrar a avença. Nessa hipótese, a Administração pública
- (A) deverá convocar o segundo colocado para assinatura do contrato nos moldes da proposta feita, uma vez que é assegurado legalmente o direito de desistência do licitante.
 - (B) poderá realizar nova licitação, não sendo permitido convocar o licitante classificado em segundo lugar em razão da conclusão da licitação.
 - (C) deverá promover nova licitação, pois, uma vez finda a licitação, não é dado celebrar contrato com nenhum participante além do vencedor do certame.
 - (D) poderá contratar qualquer outro licitante que tenha apresentado proposta até 10% superior à do licitante vencedor.
 - (E) sujeitará o licitante vencedor às penalidades previstas na legislação e no edital, diante do descumprimento deste.



32. As entidades que integram a Administração indireta, no que se refere aos contratos e ajustes firmados,
- (A) não se submetem à lei de licitações, diante da natureza jurídica de direito privado dos entes.
 - (B) têm à disposição rol mais extenso de hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.
 - (C) também se sujeitam ao princípio da obrigatoriedade de realização de licitação, sendo que para as autarquias se aplica o mesmo regime jurídico aplicado à Administração direta.
 - (D) podem celebrar contratos e ajustes entre si, única hipótese em que a licitação torna-se dispensável.
 - (E) enquadram-se no conceito de elemento subjetivo caracterizador de inexigibilidade de licitação, já que não dependem da realização de procedimento de licitação para firmar seus contratos.
-
33. No Microsoft Outlook 2013, em português, após clicar na opção **Novo Email** aparecerá uma janela para se formular a mensagem a ser enviada. Com a janela de mensagem exibida, pode-se definir
- (A) regras para ocultar trechos da mensagem.
 - (B) regras para recusa de mensagens indesejadas.
 - (C) o protocolo usado para envio da mensagem (POP3 ou IMAP).
 - (D) o nível de prioridade da mensagem (baixa ou alta).
 - (E) tunelamento FTP para enviar a mensagem de forma mais rápida.
-
34. Ao entrar em contato com a Central de Serviços da organização onde trabalha para relatar dificuldades em conectar o computador à internet, o atendente solicitou ao Agente Administrativo a realização de um procedimento que envolvia a identificação de um componente da rede conhecido como RJ45, que é
- (A) o conector na extremidade do cabo de rede.
 - (B) o botão usado para reiniciar o roteador.
 - (C) o aparelho que transmite o sinal de internet via *wireless*.
 - (D) a antena do roteador de internet.
 - (E) o cabo de rede que liga o roteador ao computador.
-
35. Um Agente Administrativo não está conseguindo visualizar adequadamente o conteúdo da página de um documento que está editando no Microsoft Word 2013, em português, em um computador com o Windows 2010, também em português, de modo que resolve aumentar o zoom da página. Para ajustar o nível de ampliação ele deve
- (A) pressionar a combinação de teclas [CTRL][Z] e selecionar a medida de zoom desejada na janela que aparece.
 - (B) manter pressionada a tecla CTRL e girar o *scroll* do mouse (pequena rodinha) nos dois sentidos possíveis, até a imagem do documento ficar do tamanho desejado.
 - (C) manter pressionada a tecla [CTRL] e pressionar o sinal de [+] no teclado numérico até atingir a medida de zoom desejada.
 - (D) manter pressionada a tecla SHIFT e girar o *scroll* do mouse (pequena rodinha) nos dois sentidos possíveis, até a imagem ficar do tamanho desejado.
 - (E) pressionar a combinação de teclas [CTRL] [+] e selecionar a medida de zoom desejada na janela que aparece.

Atenção: As questões de números 36 a 42 referem-se ao conteúdo **Saúde Pública**.

36. Considere a seguinte afirmação:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 indicou diretrizes para as ações e serviços públicos de saúde no país, e a Lei nº 8.080/1990 ampliou o número de tais diretrizes e citou que serviços privados contratados ou conveniados também integram o Sistema Único de Saúde (SUS).

A afirmação é

- (A) falsa, pois as diretrizes para ações e serviços de saúde foram indicadas apenas na Lei nº 8.080/1990.
 - (B) falsa, na citação de serviços privados contratados ou conveniados no SUS.
 - (C) verdadeira em sua totalidade.
 - (D) verdadeira apenas quanto às diretrizes indicadas na Constituição.
 - (E) falsa apenas quanto à ampliação das diretrizes na Lei nº 8.080/1990.
-
37. O financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) ocorrem em
- (A) forma de apenas um bloco de custeio de ações e serviços de saúde transferido fundo a fundo.
 - (B) nível central, exclusivamente, na esfera federal de gestão do SUS.
 - (C) forma de blocos de financiamento, transferidos fundo a fundo.
 - (D) forma de apenas um bloco de investimento na rede de serviços de saúde.
 - (E) repasse de recursos para fundos de aplicação financeira de longo prazo.
-
38. Sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), é correto afirmar:
- (A) As Portas de Entrada às ações e aos serviços de saúde do SUS são sempre os serviços de urgência e emergência.
 - (B) As Regiões de Saúde são municipais e, portanto, não podem ser interestaduais.
 - (C) Um Mapa da Saúde contempla, apenas, ações e serviços públicos de saúde.
 - (D) Uma Rede de Atenção à Saúde pode contemplar uma ou várias Regiões de Saúde.
 - (E) Uma Rede de Atenção à Saúde é a descrição geográfica da distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS.



39. A análise da evolução das políticas de saúde no Brasil mostra que
- (A) a centralização de ações de saúde tem sido a tendência das últimas décadas.
 - (B) houve migração do modelo curativo para o modelo preventivo.
 - (C) a atenção primária, ou básica, está sendo substituída pela atenção terciária.
 - (D) as políticas voltadas à saúde de segmentos populacionais, como pessoa idosa, estão sendo abandonadas.
 - (E) os programas de promoção à saúde foram substituídos por aqueles de proteção à saúde.
-
40. Uma Comissão Intergestores Tripartite pode
- (A) fixar diretrizes sobre região de saúde, distrito sanitário e integração de territórios.
 - (B) ser foro de pactuação da responsabilidade financeira pelo fornecimento de medicamentos, mas não de próteses.
 - (C) ter representação dos usuários e, neste caso, será denominada Conselho de Saúde, que tem caráter permanente e deliberativo.
 - (D) se reunir a cada quatro anos constituindo, então, a Conferência de Saúde.
 - (E) exercer o controle social, com objetivo de limitar a participação dos usuários na gestão do Sistema Único de Saúde.
-
41. Um usuário, com uma lesão cutânea no braço, chegou a uma Unidade de Saúde relatando ter contraído essa doença do seu gato, que apresentava lesões no focinho que foram evoluindo até o óbito do animal. O paciente relatou com muita firmeza e orgulho que não enterrou, mas queimou o animal, para evitar que o gato contaminasse o solo e outras pessoas pudessem adoecer; informou, ainda, que havia na sua vizinhança muitos gatos com a mesma doença. A enfermeira, que o atendia, ouviu-o com atenção, sem interrompê-lo e sem repreendê-lo mesmo quando ele lhe disse que já havia passado vários remédios e nada havia resolvido, e que tinha certeza de que a doença viera do gato. A enfermeira, com a permissão do paciente, chamou um profissional que combatia vetores para conversar sobre os outros gatos doentes. Essa situação
- (A) está em desacordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, em que o usuário não deve ter participação na avaliação dos riscos a que está exposto.
 - (B) mostra que a enfermeira não teve conduta ética, invadindo a privacidade do paciente ao convidar outro profissional para participar do atendimento.
 - (C) indica que o paciente conhece a epidemiologia da doença que ele acredita ter e que foi atendido de acordo com a política nacional de humanização.
 - (D) ilustra uma ação de promoção de saúde executada pelo paciente, ao queimar o animal morto.
 - (E) caracteriza uma profissional de saúde insegura, que fez acolhimento incorreto por não repreender o paciente pelas suas atitudes inadequadas, tanto acerca da automedicação, quanto da conclusão precipitada da causa da doença.
-
42. Um agente administrativo de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), designado para atender ao público, coletar informações, analisar suas demandas, orientá-lo e encaminhá-lo para solução da questão, notou aumento gradual da fila de usuários insatisfeitos. Comunicou essa situação ao seu gerente e, com a participação de outros funcionários da equipe da UBS, iniciaram um planejamento por meio de:
1. busca de dados de morbidade e mortalidade do Município, no sistema TABNET do DATASUS;
 2. busca na base censitária do tamanho da população residente;
 3. utilização de um mapa geofísico da região onde está a Unidade de Saúde e demarcação do território de abrangência do serviço;
 4. visitas ao território para identificar as principais características urbanísticas e sociais; identificação dos problemas de saúde com participação da comunidade;
 5. avaliação do conhecimento e competência da equipe da UBS para manejo dos problemas de saúde da população adstrita;
 6. definição do problema prioritário: equipe de saúde pouco capacitada;
 7. proposta de melhoria do desempenho da equipe;
 8. proposta de treinamento de 100% da equipe de saúde;
 9. definição da ação: educação permanente em saúde;
 10. análise da possibilidade política e existência de recursos para executar a ação.
- Esse planejamento envolveu em
- (A) 1, 2, 3, 4, 5 o diagnóstico situacional; em 6, 7 as metas; em 8 a estratégia de ação; em 9 o monitoramento da capacidade; em 10 os objetivos.
 - (B) 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 a definição das metas; em 9 o objetivo; em 10 a estratégia de capacitação.
 - (C) 1, 2, 3 a definição dos objetivos; em 4, 5, 6, 7, 8 as metas; em 9 a análise de viabilidade e factibilidade; em 10 o diagnóstico situacional.
 - (D) 1 a viabilidade e factibilidade do planejamento; em 2, 3, 4 os objetivos; em 5, 6, 7 as metas; em 8 a estratégia; em 9 o diagnóstico situacional; em 10 a monitoração da meta.
 - (E) 1, 2, 3, 4, 5, 6 o diagnóstico situacional; em 7 o objetivo; em 8 a meta; em 9 a estratégia de aprendizagem no trabalho; em 10 a análise da viabilidade da ação e factibilidade.



Atenção: As questões de números 43 a 46 referem-se ao conteúdo **Educação**.

43. No dia 1º de abril de 2019, o Brasil iniciou o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET – Saúde). Prevê-se que, nos próximos dois anos, o PET – Saúde/Interprofissionalidade garantirá a sustentabilidade da Educação Interprofissional e da Prática Colaborativa no Brasil, uma vez que os objetivos do programa buscam atuar em todos os níveis organizacionais, alcançando desde políticas de saúde, diretrizes curriculares, projetos pedagógicos, qualificação docente, apoio institucional, a mudanças nas relações profissionais nos serviços de saúde e instituições formadoras, com a expectativa de formar profissionais mais aptos para o trabalho colaborativo e, conseqüentemente, ofertar uma atenção em saúde de qualidade.

(Disponível em: <https://fcmsantacasasp.edu.br>)

Com base nas informações do texto acima, depreende-se que

- (A) os níveis organizacionais atingidos pelo programa precisam da aprovação das instituições formadoras para uma adequada implementação.
- (B) o PET – Saúde consegue ofertar uma educação de qualidade na área da saúde porque está associado à OMS e conta com o prestígio dessa organização.
- (C) as universidades criaram o PET – Saúde para garantir a formação de profissionais com atenção em saúde de qualidade.
- (D) um programa de educação interprofissional com ênfase na prática colaborativa tem o potencial de formar profissionais preparados para atuar de forma integrada.
- (E) a parceria entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação confronta as universidades, que priorizam o ensino de técnicas em detrimento da colaboração.
-
44. A agenda de trabalho semanal dos profissionais participantes deste estudo incluía encontros e reuniões regulares, que contavam com a presença de toda a equipe, para estabelecer acordos ou encaminhamentos e socializar os casos atendidos pelos profissionais no acolhimento diário e nas visitas domiciliares realizadas pelos agentes comunitários de saúde (ACS). As discordâncias na abordagem e acompanhamento dos casos também eram tratadas nesse espaço de discussão e, dependendo da complexidade dos problemas, passavam para outro nível de decisão: a reunião de equipe da unidade básica de saúde (UBS). Durante as reuniões, observou-se que a equipe tem bom conhecimento das características do território de atuação e dos problemas de saúde da população adscrita, com destaque à complexidade da realidade social.

(Adaptado de: Escalda, P.; Parreira, C. M. S. F. "Dimensões do trabalho interprofissional e práticas colaborativas...". Disponível em: <https://scielosp.org>)

Conforme o texto, o trabalho em equipes colaborativas

- (A) demanda, além do conhecimento especializado na área de atuação, habilidades de comunicação, conhecimento da realidade local e reuniões regulares.
- (B) fundamenta-se na concordância entre os profissionais, pois os conflitos impactam a qualidade do atendimento em uma realidade social complexa.
- (C) prescinde da organização de uma agenda de reuniões, que compromete a eficiência do atendimento, pois toda a equipe está ocupada com uma tarefa burocrática.
- (D) necessita de reuniões de trabalho quando a UBS se encontra em um local de alta complexidade, sem um hospital próximo.
- (E) exclui os agentes comunitários de saúde (ACS), que não fazem parte da equipe multidisciplinar, pois seu trabalho é externo, em visitas domiciliares.
-
45. O PSE [Programa Saúde nas Escolas] tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. [...] A Escola é a área institucional privilegiada deste encontro da educação e da saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma Educação Integral, conceito que compreende a proteção, a atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade escolar.

(Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>)

O Programa Saúde nas Escolas, conforme descrito no texto acima,

- (A) leva assistência médica às escolas, pois não há espaço suficiente para os alunos da Educação Integral serem atendidos nos postos de saúde.
- (B) é um programa social complementar ao Bolsa Família, com a finalidade de garantir que os alunos das escolas públicas tenham atendimento médico preventivo.
- (C) é um programa intersetorial, no qual dois setores da atenção básica atuam conjuntamente para combater a vulnerabilidade de camadas da população brasileira.
- (D) independe da Educação Integral por ser um programa que tem nas escolas apenas um de seus pontos de atuação.
- (E) é um programa intersetorial integrado ao Bolsa Família para promover a prevenção, recuperação e manutenção da saúde dos indivíduos.



46. *Acredito que a construção de redes para a educação integral deveria ter como prioridade uma ação estratégica em áreas altamente segregadas. O fortalecimento da coesão social e das capacidades substantivas dos segmentos mais vulneráveis da população é tarefa urgente para o enfrentamento das diferentes formas de violência. [...] É uma educação integral que se dá a partir do espaço da escola, mas não só a unidade física da escola. Preciso ser capaz de, a partir da escola, mobilizar aquilo que existe, otimizar os equipamentos que existem na sociedade. Aquele clube que tem baile funk à noite e aula de natação de manhã para os seus associados. Há um vazio enorme na quadra do baile funk e um vazio enorme na piscina durante a tarde. Por outro lado, existem associações de moradores, com determinadas utilizações. Existem as igrejas, que possuem espaços de aprendizagem. Elas podem oferecer o espaço noturno que eu não consigo usar na sala de aula.*

(Adaptado de: **Tecendo Redes para Educação Integral**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>)

Com base no texto acima, é correto afirmar:

- (A) As diferentes formas de violência impedem a constituição de uma rede de atendimento em áreas segregadas.
- (B) As redes de atenção em educação incluem a articulação dos gestores e atores sociais para aprimorar o uso dos espaços disponíveis.
- (C) As redes de atenção em educação são políticas públicas para combater a criminalidade em áreas de alta vulnerabilidade social.
- (D) As igrejas e clubes são espaços adequados para oferecer uma educação integral, pois extrapolam os limites ultrapassados da escola tradicional.
- (E) Os espaços sociais ociosos têm a obrigação de contribuir para a educação integral, na forma de uma rede de atendimento aos jovens.

Atenção: As questões de números 47 a 50 referem-se ao conteúdo **Assistência Social**.

47. O Cadastro Único é um instrumento para inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, como o Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa Minha Vida, entre outros programas. São elegíveis a pessoa com renda mensal de até meio salário e famílias com renda mensal de até três salários. As famílias com renda superior a três salários mínimos são incluídas desde que

- (A) entre os familiares haja um idoso.
- (B) entre os familiares haja uma pessoa com deficiência.
- (C) entre os familiares haja crianças de 0 a 6 anos.
- (D) o cadastramento esteja vinculado à inclusão de programas sociais nas três esferas.
- (E) o cadastramento esteja vinculado à inclusão de programas estaduais e municipais.

48. A inscrição no CadÚnico pode ser realizada por uma pessoa maior de 16 anos responsável em oferecer informações sobre todos os membros da família. É um dos documentos obrigatórios do responsável pela unidade familiar:

- (A) Certidão de Nascimento.
- (B) Registro Geral.
- (C) Título de Eleitor.
- (D) Certificado de Reservista.
- (E) Comprovante de endereço.

49. A inserção na Seguridade Social da política de Assistência Social aponta para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. A Proteção Social é entendida, então, como forma institucionalizada que a sociedade constitui para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Nesse sentido, a Proteção Social deve garantir as seguranças de

- (A) sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.
- (B) rendimento ou de geração de renda; de desenvolvimento; de convivência ou vivência comunitária.
- (C) educação (infantil e fundamental); de saúde; de cultura (música, dança, artes, comida).
- (D) garantia de direitos; de atendimento e acompanhamento; de resolutividade dos problemas.
- (E) segurança alimentar, de acolhida; de convívio ou vivência familiar.

50. No que tange às bases previstas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) sobre a relação entre Estado e sociedade civil, considere as assertivas abaixo.

- I. Somente o Estado dispõe de mecanismos fortemente estruturados para coordenar ações capazes de catalisar atores em torno de propostas abrangentes, que não percam de vista a universalização das políticas, combinada com a garantia de equidade.
- II. A Administração pública deve desenvolver habilidades específicas, com destaque para a formação de equipes multidisciplinares.
- III. Na proposta do SUAS, é condição fundamental a reciprocidade das ações da rede de proteção social básica e especial, com centralidade na família.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.